

Ano XX nº 5358 – 04 julho de 2016

Bancários se preparam para a 18ª Conferência Nacional



A categoria bancária se prepara para dar início à Campanha Nacional 2016. Por todo o país, bancários debatem, em conferências regionais, as principais demandas, que serão apresentadas na 18ª Conferência Nacional dos Bancários, para construção da pauta unificada de reivindicações, entre os dias 29 e 31 de julho, no Parque Anhembi, em São Paulo.

O presidente da Contraf-CUT, Roberto von der Osten, ressalta que o encontro nacional deste ano acontece num momento ímpar da história brasileira, marcado por várias ameaças à classe trabalhadora.

Para a 18ª Conferência Nacional são esperados 695 bancários, entre delegados natos e eleitos por federações, além de observadores brasileiros e de outros países.

No estado do RJ, a Conferência Estadual aconteceu no último sábado, dia 02/07, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense e contou com a participação dos diretores e diretoras do SindBancários Petrópolis, onde foram eleitos para a Conferência Nacional os companheiros, Augusto Quintela, Marcos Alvarenga e a companheira, Carla Leite.

Regulamentação de greve ganha prioridade no Senado

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, decidiu retomar os temas da Agenda Brasil e determinou que fosse dada prioridade à regulamentação do direito de greve no serviço público, que terá por base o PL 327/14, de autoria do senador Romero Jucá. O projeto, em lugar de regulamentar, na prática, restringe o direito de greve, conforme se pode depreender do resumo abaixo.

O texto, dentre outras situações, prevê o desconto dos dias parados; fixa percentual mínimo de 70% para atividade essencial, entre as quais inclui as atividades dos servidores do Judiciário e do Ministério Público, e 50% para as demais áreas do serviço público; admite a substituição de grevista, em caso de descumprimento de decisão judicial ou arbitral; prevê multa para a entidade sindical, em caso de descumprimento da lei de greve; proíbe greve nos 60 dias que antecedem as eleições.



Comissão proíbe privatização da Caixa Econômica Federal

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços aprovou proposta que proíbe a privatização ou venda de direitos de empresa pública que explore com exclusividade os serviços de loteria e penhora de bens privados. Esses serviços atualmente são explorados pela Caixa Econômica Federal.

O autor do Projeto de Lei 551/15, deputado Luiz Carlos Hauly, argumenta que a Caixa Econômica tem objetivos sociais, alguns inclusive sob a forma de monopólio, para atender à população.

O relator da proposta, deputado Augusto Coutinho, também concordou que a Caixa Econômica precisa ser resguardada de qualquer tentativa de privatização. Ele destacou que serviços com fins sociais, como financiamento imobiliário, juros e tarifas menores e até a atuação de agências-barco em regiões amazônicas poderiam ser comprometidos. "É importante ponderar que, caso o capital da Caixa passe a ser aberto, o objetivo de alcançar benefícios à população pode ser diminuído em face da necessidade de persecução do lucro ao longo dos anos, em decorrência do necessário respeito aos interesses dos acionistas minoritários privados", argumentou.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania.